EDUCAÇÃO TÉCNICA E O TRABALHO NO BRASIL: UMA ANÁLISE RETROSPECTIVA E HISTÓRICA DA EVOLUÇÃO DESSE SETOR EDUCACIONAL

Curitiba – PR – maio 2015

Achiles Batista Ferreira Junior – Centro Universitário Internacional UNINTER – achiles.f@uninter.com
Doacir Gonçalves de Quadros – Centro Universitário Internacional UNINTER - doacir.q@uninter.com
Elizabeth Ribeiro Martins Franco de Souza – Centro Universitário Internacional UNINTER –elizabeth.so@uninter.com
Karin Sell Schneider Lima – Centro Universitário Internacional UNINTER – karin.l@uninter.com
Juliane Marise Barbosa Teixeira – Centro Uninversitário Internacional UNINTER – juliane.te@uninter.com
Talita Juliana Sabião – Centro Uninversitário Internacional UNINTER – talita.s@uninter.com
Nelson Pereira Castanheira – Centro Uninversitário Internacional UNINTER – nelson.c@uninter.com

Investigação Científica
Educação Superior
Tecnologia Educacional
Relatório de Estudo Concluído

RESUMO

A discussão sobre a organização dos processos educacionais e da evolução do trabalho sempre gerou ampla discussão não somente em território brasileiro, mas sim, no mundo todo. Enquanto pensamos na evolução da história da educação técnica no Brasil, as mudanças culturais, comportamental e principalmente tecnológica da sociedade, vão acontecendo vertiginosamente inerentes às preocupações ou ações de políticas públicas. Nossa pretensão com este trabalho é demonstrar historicamente o andamento nos processos adotados durante um período da história moderna e os referidos estudos aqui destacados, principalmente com as preocupações do governo quanto a formação técnica dos trabalhadores e futuros trabalhadores. Com isso, pretende-se refletir sobre ações e direcionamentos históricos da educação técnicas e suas preocupações e a relação das práticas exercidas na escola, local aonde as práticas escolares são as verdadeiramente formadoras dos futuros trabalhadores e que de alguma maneira acabam por desenhar a consciência de sociedade, colaboração e de coletividade da criança, jovem ou adulto que passa boa parte de sua vida em um banco escolar e posteriormente serão os futuros trabalhadores nos mais variados segmentos empresariais. Como uma delimitação necessária do objeto de pesquisa e também pelas limitações próprias e características de um artigo científico, trataremos única e exclusivamente das práticas educativas explicitamente orientadas à formação, no que tange a educação e a qualificação para o trabalho e atuação no mercado por um período histórico.

Palavras chave: trabalho; educação técnica; sociedade; governo.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo realizar uma breve revisão do setor da educação técnica brasileiro e a sua relação com o trabalho no território nacional, fazendo assim uma análise retrospectiva e histórica da evolução desse setor educacional para que seja possível abordar o ensino técnico de nível médio e assim ser possível constatar as reais mudanças em curso e que estão relacionados à oferta de vagas, e também no que se refere a qualidade do ensino prestado de forma temporal.

Para Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45). A revisão bibliográfica foi elaborada com a utilização de livros dos principais autores que tratam do tema objeto da pesquisa, além de artigos científicos, periódicos e sítios da internet afim de dar um embasamento a altura do tema escolhido.

A sequência metodológica para esse artigo teve como procedimento técnico inicial a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental e serve como forma de material revisor.

O texto se propõe a apresentar o ensino profissionalizante ao leitor de forma clara e inclusive apresenta fontes secundárias históricas que direcionas ao leitor informações que comprovam ou pelo menos direcionam que o ensino técnico médio no Brasil sempre foi direcionado as classes menos abastadas dentro da sociedade, e não trata isso com algo bom ou ruim, e sim se propõe a ser mais reflexivo em seu teor, nesse caminho a pesquisa demonstrou que temos uma origem para a relação existente com a cultura norte americana pois devido a influência da padronização do sistemas de ensino inclusive com inclusão e adoção de material didático proveniente da américa, conforme apresentação na sequência do texto.

Este estudo também reflete sobre o fato de que a instrução de conceito de educação e escola em si foi apresentado para um povo recém liberto da escravidão a uma educação e essa ação gera então uma espécie de resistência a essas novas famílias e observa-se então que a real atenção ao assunto somente foi levantada com base implementação da lei que trata da obrigatoriedade do ensino isso em 1874, e com uma análise superficial com um contexto comparativo com data na implantação dos modelos americanos temos pouco tempo para despertar nas pessoas essa necessidade pela educação, se levarmos em consideração que das 800 mil pessoas que faziam parte da população considerada livre que residia na província, apenas 140 mil afirmavam saber ler e escrever, era então um início de pensamento para a necessidade do saber.

Uma breve história do desenvolvimento de educação técnica dos anos 30 até os anos 80

Para que seja possível a real compreensão do cenário é necessário que se tenha em mente o significado da expressão ensino médio, que é de forma universal compreendido como a formação de jovens e adolescentes, e no Brasil atualmente nos remete ao ensino de 1º. e 2º. graus, sendo que o primeiro representa o antigo primário e o segundo grau que correspondem ao antigo colegial, mas o fato principal é que historicamente desde o seu início o ensino médio tratou de separar a sociedade entre o ensino secundário ou chamado propedêutico destinado as elites e os tipos profissionais de ensino médio, esses destinados a classe trabalhadora, foco maior do conteúdo desse artigo.

Afinal, na atualidade o ensino técnico não deve e nem pode ser ainda encarado como mais um programa que serve de caridade por algum governo destinado exclusivamente aos jovens cidadãos que estão em alguma situação de desvantagem social como ainda pensam alguns educadores e como mostra a história até o presente momento. Para que seja possível uma noção melhor de tempo e espaço em 1909, foram criadas, nas capitais dos estados, as chamadas escolas de aprendizes e artífices, afim de treinar com mais afinco e assim perpetuar o controle social, pois um dos propósitos era habilitar os que

estavam a margem da sociedade[1], em seguida com a industrialização mudou-se então a visão de uma educação profissional voltada aos marginalizados pela sociedade e desvalidos.

Segundo [2]Amorin**,** quando da criação em 03 de janeiro de 1946 da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, o chamado CBAI, que era um programa de cooperação assinado e oficialmente firmado entre o governo brasileiro e estadunidense, que tinha como principal objetivo a formação dos professores que posteriormente iriam trabalhar no sistema de ensino conhecido como “ensino industrial”; início do pensamento da escola técnica, e tal medida justificou-se na época pelo fato do Brasil passar no momento em questão por uma fase de amplo processo de expansão industrial e logicamente que pelo interesse americanos em ter uma melhor e maior aproximação com a américa latina por ocasião da guerra fria e também pelo fortalecimento econômico com a estreita cooperação com todos os governos das américas, e assim o governo brasileiro imagina conseguir atender a demanda do momento e ao mesmo tempo empregar a classe trabalhadora.

A mudança da educação técnica brasileira acabou por criar uma consequência no mercado de trabalho, pois em 1951 período no qual o governo Vargas foi instalado houve um grande crescimento e início da absorção da mão de obra decorrente dos CBAI´s, fato esse confirmado por Evaldo Lodi, que na função de presidente da CNI, Confederação Nacional da Indústria que afirmava na época que a elevação do nível técnico da indústria brasileira só seria mais competitiva e consequentemente melhor sucedida mediante a ampliação do ensino técnico profissional. (Amorin Apud RODIGUES, 1998, p. 76).

Vale lembrar que o direito ao aluno de ensino médio de garantir ou mesmo poder se candidatar a uma vaga no ensino superior ocorreu somente

---

[1] “[...] fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastassem da ociosidade, da escola do vício e do crime” (Wermelinger; Machado; Amâncio Filho, 2007).

[2] AMORIM, Mário Lopes. Da escola Técnica de Curitiba a Escola Federal Técnica Federal do Paraná: projeto de formação de uma aristocracia do trabalho (1942-1963). 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo. pp.

após a década de 50, até então as classes era bem divididas e os alunos proveniente do ensino técnico médio iam diretamente para o mercado de trabalho afim de suprir a necessidade da referida mão de obra imediata decorrente do crescimento dessa demanda conforme citado anteriormente, que após a chamada fase de sociedade com base no sistema agrário-exportadora com grandes propriedades territoriais e com trabalho escravo para um sistema de sociedade urbano industrial com foco na produção e assim justificando a afirmação citada acima sobre o crescimento da referida necessidade de se produzir.

Ao buscar historicamente a formação dos quadros médios e superiores técnicos que em solos brasileiros assumiram algum tipo de relevância a partir dos anos 30, quando no Brasil inicia-se de forma mais clara, a transição para uma sociedade urbano-industrial, com forte apoio do estado e nesse momento já com um processo presente bem maior da de urbanização, a formação para o trabalho nessa etapa do crescimento do país, já possuía um caráter no qual se percebia um maior controle das classes populares ditas populares. No período de 1930 e 1945, aumentou ainda mais a demanda por operários melhor qualificados e áreas mais técnicas, motivados pela implantação do capitalismo industrial nacional.

Já em 1937 com a Constituição Federal, estabeleceu-se então a obrigação perante uma lei da organização de escolas profissionais pelas empresas e sindicatos, em 1942, nasce então o Serviço Nacional de Aprendizagem, nosso velho conhecido “Senai” e foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que organiza esse tipo de ensino, não mais exclusivo de empresas e sindicatos, além de equipará-lo ao ensino médio propedêutico.

O modelo educacional aqui tratado acabou por ser compatível com a implantação do padrão tecnológico existentes no ensino médio e do ensino profissional. Pode-se então afirmar que isso acabou por adequar e muitas vez até melhorar a qualificação média geral dos futuros trabalhadores exigida pelo desenvolvimento do país e, nesse processo, foi decisiva a participação de estados e municípios. Seguindo na linha histórica em 1945, a população brasileira era de 41 milhões ao todo, atingindo, em 1970, o número de 93 milhões de cidadãos e nesse período destacamos que que a população mais

do que dobrou, e o que é um fato relevante de se levar em consideração é que no ano de 1945, a matrícula inicial no sistema de ensino fundamental foi cerca de 3,3 milhões, e, já em 1970, esse número foi elevado para 16 milhões! E no ano 2000, o ensino médio saltou para 8,2 milhões de matrículas.

As carências profissionais de trabalhadores treinados são bem mais visíveis em áreas como a da engenharia ligadas à infraestrutura, nos setores da indústria da construção civil e naval também se observa uma grande deficiência e com o crescimento e destaque maior na área da tecnologia de prospecção de petróleo e na agricultura empresarial.

Afinal o Brasil já está em uma fase de maturidade na qual precisa que os seus filhos tenham acesso a uma maior escolaridade, que possam assim ter uma profissão, sendo assim autossuficientes e por consequência estejam longe dos crimes e assim saindo da marginalidade, e por consequência aumentar a sua autoestima e contribuir de uma forma mais efetiva para o desenvolvimento social e econômico sustentável de sua região, e isso é amplamente auxiliado pela capacitação no ensino técnico.

A relevância da importância do ensino médio e profissional nas últimas décadas revela a necessidade de adequação de novos cursos, pois o processo de transição para uma economia fundada constante mudança mercadológica, sejam por questões tecnológicas que impactam nas novas necessidades criadas entre mercado fornecedor e seus consumidores, se torna necessário um novo tipo de quadros profissionais e técnicos aptos para atender uma demanda existente.

Pois, se no período anterior à década de 30, as ditas políticas voltadas a educação profissional tinham como direcionamento o controle das identificadas classes “desvalidas” ou mesmo marginalizadas ficou claro que a partir da referida década, as políticas públicas deliberadas e decorrentes de industrialização natural até então tiveram que passar a exigir a formação de um mínimo de educação. Houve crescimento vertiginoso das matrículas iniciais no ensino fundamental, predominantemente público, o Governo Federal nesse momento esboçou uma composição mais adequada e a formação de uma rede própria de ensino profissional e acelerou seus programas de formação profissional, em função de um fato, chamado pela mídia na época e perpetuado

pela história como sendo um “milagre econômico” (1968-73), período de grande crescimento nacional no segmento industrial.

Desde então temos os estados que compõe a federação com uma maior oferta de vagas no ensino técnico em relação ao próprio governo federal, também no que se relaciona ao crescimento temos um setor do empresarial que tem uma maior preocupação com a formação da qualificação profissional dos seus funcionários, o próprio mercado fez o papel de recolocar o debate sobre os caminhos do desenvolvimento industrial e também supriu e a necessidade de se repensar o verdadeiro papel do estado na formação dos trabalhadores.

O desempenho profissional na Educação a Distância (EaD) também sofre reformulações

As tecnologias de comunicação e informação (TIC’s) promovem inter-relações entre educação (presencial e EaD) e trabalho. Ao considerar as mudanças que envolvem a produção e reprodução material, cultural, política da existência humana como importantes nas ações sociais e reflexivas, pode-se inferir que a ciência, a tecnologia e o trabalho estão entremeados de práticas e processos de apropriação de saberes e conhecimentos. Lima Filho e Queluz (2014) explicam que essas relações são de cunho histórico, filosófico e ideológico, e que nas dimensões do cotidiano das construções sociais mesclam-se os princípios científicos, educativos e de socialização.

Se pensamos nos fatores que implicaram mudanças nas formas de atuação docente, devido a tecnologia, percebemos transformações metodológicas nos papeis do docente. Pensemos então, nos caminhos que desenharam uma dissidência do papel do tradicional professor docente para um leque de funções docentes, consolidado a partir da educação a distância. Parte-se da premissa que existem diferenças funcionais constatadas a partir de percepções conflitantes sobre a profissão docente a distância. Esta situação foi criada primeiramente por causa do afastamento entre o professor e o aluno, mas ele se justifica com a presença virtual dos agentes e pelo artefato tecnológico “interativo” nas relações entre os envolvidos.

A hierarquia criada entre os docentes na EaD descontentou esse grupo de profissionais tanto no aspecto das funções quanto da remuneração. Houve um acréscimo de trabalho operacional com o desdobramento das funções, e a desqualificação das tarefas nos programas de produção, controle e avaliação do ensino. O panorama também se delineia dessa forma porque houve um aumento progressivo do número de alunos por professor, e consequentemente da elaboração, acompanhamento e direcionamento do uso de material didático. Na legislação, como forma de organização, foi determinado um parâmetro máximo de alunos por professor.

Identificou-se nessa pesquisa que mesmo o docente tutor presencial tendo papel relevante para o êxito do processo educacional na modalidade a distância, existem diferenças funcionais e remunerativas conflitantes entre o docente tutor presencial e os demais docentes presentes no processo educacional na modalidade a distância e principalmente que esta situação é criada pela própria hierarquia da docência desenhada nas atitudes e nos valores que elas atribuem às suas funções e aos seus papeis e são ditadas pelas instituições de ensino. Mas esse processo é muito mais profundo. Ele nasce na constituição do trabalho docente, na importância dada a seu processo gerencial e principalmente vem do olhar social sobre a função docente. Entender de onde vem essa construção poderá ser um caminho possível na ação por mudanças.

Esse também é um reflexo da importância da capacitação profissional, da necessidade de restruturação dos modelos tradicionais do perfil de trabalho brasileiro para condições mais flexíveis e acolhedoras.

Programas como o PRONATEC do Governo Federal, por exemplo, são destinados principalmente aos jovens em busca de formação profissional e são ofertados na metodologia a distância, área de atuação dos tutores presenciais.

Considerações finais

Com base na pesquisa para elaboração desse artigo, mesmo que seja considerada superficial para qualquer tomada de decisão nos remete ao norte claro de que a partir dos anos 90, momento no qual foram feitas

reestruturações totais do processo produtivo sob as novas bases tecnológicas, em particular, com o avanço dos sistemas de informações com grande papel da informática, e por consequência uma redução relevante do papel do Estado dentro desse contexto.

No Brasil, nos tempos atuais a educação profissional se organiza, tradicionalmente, em três níveis: (1) formação inicial ou continuada, (2) formação técnica e (3) formação tecnológica. Durante os últimos anos, a educação inicial e a tecnológica sofreram poucas alterações em sua estrutura e finalidade. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho, 2013), aproximadamente 40% da população mundial têm menos de 20 anos atualmente. E 85% dos jovens, muitos trabalhando em condições de pobreza, vivem em países em condições de pobreza agravada pela falta de oportunidades. A taxa de desemprego juvenil subiu de 11,7% para 13,8% na última década. Em média, os jovens têm três vezes mais possibilidades de estarem desempregados que os adultos. Esse fato destaca a relevância do presente artigo, pois ao ser constato que o problema do desemprego é mundial, nos remete a falta de capacitação técnica e sua relação com o mercado de trabalho e com isso surge a figura do Pronatec, o Programa Nacional do governo federal de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego criado em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, que com certeza dará base para um próximo artigo.

Referências

AMORIM, Mário Lopes. Da escola Técnica de Curitiba a Escola Federal Técnica Federal do Paraná: projeto de formação de uma aristocracia do trabalho (1942-1963). 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARROYO, Miguel G. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETI, C. J.(Org.). Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999, p. 13- 41.

BANCO MUNDIAL. Globalização, crescimento e pobreza. Relatório de pesquisa política do Banco Mundial. São Paulo: Futura, 2003.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1974.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e tecnológicos da relação trabalho e educação no Brasil hoje. In LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderlei. *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2006, p.241-288.

FIGOTTO, Gaudêncio; CIVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino médio integrado concepção e contradições.* São Paulo Editora Cortez, 2005.

GARUNDY, Roger. Por uma discussão sobre o fundamento da moral. In: DELLA VOLPE, Galvano et al (org.). *Moral e sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LIMA FILHO, Domingos Leite & QUELUZ, Gilson L. A Tecnologia e a Educação tecnológica: Elementos para uma sistematização conceitual. In: Educação e Tecnologia. Belo Horizonte: CEFET-MG, v. 10, n.1, p. 29-35, jan./jul, 2005. Disponível em: <www2.cefetmg.br>. Acesso em: 29 jun. 2015.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. “Ensino Médio e Qualificação Profissional: Uma perspectiva Histórica”, in BRUNO, Lúcia (org). Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo. São Paulo, Atlas, 1996. Pp. 124 – 145 – 11/11.

WERMELINGER, Mônica; MACHADO, Maria Helena; AMÂNCIO FILHO, Antenor. Políticas de educação profissional: referências e perspectivas. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 55, p. 207-222, abr./jun. 2007

OLIVEIRA, Francisco de. *Revista reportagem*, n. 41, fev.2003. Entrevista concedida a Fernando Haddad e Leda Paulani.

SILVA, Anésia Maria Barradas da. A “*fábrica* PIPMO" – *uma discussão sobre a política de treinamento de mão de obra no período 1963-1982*. Rio de Janeiro: IESAE/ Fundação Getúlio Vargas, 1986. Disponível em:< http://www.oit.org.br/> Acesso em: 03 de abr de 2015.